



Entrevista

Edna

Raquel

Hogemann

“... a luta por direitos das mulheres não é uma pauta setorial, mas um teste de humanidade. Enquanto essa afirmação ainda precisar ser repetida, há trabalho a ser feito - jurídico, social e, sobretudo, cultural”.



Edna Raquel Hogemann

**27/
03/
2026**

Entrevista com a autora do artigo “Conquista das mulheres no Brasil: A linha do tempo das leis e políticas públicas”, Edna Raquel Hogemann, pós-doutora em Direitos Humanos. Doutora em Direito (UFG). Decana do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (CNPq).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3276-4526>

CV Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3237502473386597>

e-mail: edna.r.hogemann@unirio.br

RESUMO DO ARTIGO

Este artigo apresenta uma linha do tempo das principais conquistas das mulheres no Brasil, enfocando as leis e políticas públicas que asseguraram direitos fundamentais ao longo da história. O objetivo principal é ilustrar a trajetória das contribuições feministas, evidenciando suas lutas, bem como fortalecer a defesa do feminismo na contemporaneidade. Para alcançar essa finalidade, foi empregada uma metodologia descritiva, caracterizada pela pesquisa documental, que analisou marcos históricos desde 1827 até 2024. A pesquisa abrangeu eventos cruciais, como a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006 e a tipificação do feminicídio em 2015, evidenciando as transformações legislativas que visam a proteção dos direitos das mulheres. Os dados coletados revelam que, apesar dos avanços significativos na conquista de direitos, ainda persistem desafios consideráveis que devem ser enfrentados para se alcançar a plena igualdade de gênero. Tais desafios incluem a prevalência da violência de gênero e a desigualdade no mercado de trabalho. A análise dos marcos históricos e legislativos evidencia a importância da luta feminista na construção de um espaço mais justo e equitativo. Conclui-se que, embora a trajetória das mulheres no Brasil tenha sido marcada por conquistas importantes, a continuidade da luta por direitos e a promoção de políticas públicas inclusivas são essenciais para garantir a efetividade desses direitos e a superação das desigualdades existentes.

PALAVRAS-CHAVES: direitos, mulheres, histórico, legislação protetiva.

Publicado na Revista do Ministério Público Militar, v.51, n. 45, nov./2024. Endereço eletrônico: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/429>

ENTREVISTA

Revista do MPM: O seu artigo alcançou expressivo número de visualizações no nosso site: o maior desde a criação da página até a presente data. Poderia citar os principais fatores para esse sucesso?

Edna Raquel Hogemann: *Eu acredito que um dos motivos para esse expressivo número de visualizações seja o fato da escassez de publicações sobre esse assunto em nosso país. Os dados sobre as produções legislativas e políticas públicas a respeito das mulheres são dispersos e quando existem são pouco didáticos. Penso que aí reside a relevância da minha pesquisa que deu origem a esse artigo.*

Revista do MPM: Por que achou importante registrar em seu artigo a trajetória histórica das contribuições femininas no Brasil?

Edna Raquel Hogemann: *Sou pesquisadora e coordeno o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS) credenciado junto ao CNPq e leciono História do Direito no Brasil, na Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Uma das principais vertentes de nossas pesquisas são os direitos de gênero. Percebi que a literatura acadêmica, de um modo em geral, não aborda os aspectos históricos em sua amplitude tanto jurídica quanto social.*

Revista do MPM: Em seu artigo, há a informação de que a ONU “classifica a Lei Maria da Penha como uma das melhores legislações do mundo no combate à violência doméstica”. Mesmo assim, feminicídios continuam estampando as manchetes de nossos jornais, como o caso da PM Gisele, morta em fevereiro, e da guarda municipal de ES Dayse, morta em março. Como pesquisadora, o que a ajuda a entender tal contraste?

Edna Raquel Hogemann: *O contraste revela que boas leis não bastam: o problema está na implementação e nas estruturas sociais. A Lei Maria da Penha é avançada e reconhecida pela ONU, mas persistem subnotificação, falhas institucionais e, principalmente, a perpetuação de uma cultura machista que já vem de berço. Com cerca de quatro feminicídios diários no país, evidencia-se um descompasso entre norma jurídica e realidade social.*

Revista do MPM: Já no caso da importunação sexual, na prática, podemos confirmar o avanço positivo tanto em relação ao combate dos abusos e às firmes punições, quanto à diminuição de tentativas, ou seja, um provável aumento na conscientização da sociedade. Quais poderiam ser os principais motivos desse êxito?

Edna Raquel Hogemann: *O êxito decorre, sobretudo, da tipificação clara do crime, que preencheu lacunas legais e permitiu punições mais efetivas. Soma-se a isso o aumento da conscientização social e das denúncias, com maior apoio às vítimas, além de campanhas educativas e atuação institucional. Esse conjunto reduziu a tolerância social ao abuso e inibiu comportamentos antes naturalizados.*

Revista do MPM: As mulheres conquistaram espaço significativo no mercado de trabalho, o que indubitavelmente é algo maravilhoso, porém, conforme pesquisa Infojobs, citada no G1, em 9/3/2024, 8 em cada 10 mulheres fazem dupla jornada e sem nenhum apoio seja em casa ou do Estado. Como você analisa essa questão?

Edna Raquel Hogemann: *A pesquisa revela uma contradição estrutural: houve inclusão feminina no mercado, mas não a redistribuição do trabalho doméstico. No Brasil, 83% das mulheres enfrentam dupla jornada e 45% sem apoio. Isso decorre da persistência da divisão sexual do trabalho, da ausência de políticas públicas de cuidado e da insuficiente responsabilização masculina, mantendo desigualdades materiais e simbólicas.*

Revista do MPM: Para os leitores e pesquisadores interessados neste assunto, qual sua indicação de livros e artigos?

Edna Raquel Hogemann: *Para quem deseja se aprofundar, eu sugeriria uma combinação de clássicos do pensamento feminista e produção acadêmica brasileira recente. Autoras como Simone de Beauvoir, Nancy Frazer, Angela Davis e bell hooks são fundamentais para a base teórica. No Brasil, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Heleieth Saffioti ajudam a compreender raça, gênero e estrutura social. Além disso, artigos acadêmicos recentes são essenciais, como estudos sobre violência doméstica e suas múltiplas dimensões, incluindo violência psicológica e patrimonial, bem como pesquisas sobre interseccionalidade e mulheres negras no contexto pós-Lei*

Maria da Penha. Esse diálogo entre teoria clássica e pesquisa empírica permite uma compreensão mais crítica e situada da realidade brasileira.

Revista do MPM: Seu artigo traz uma ótima reflexão desde acontecimentos no passado até o presente. Arriscaria uma previsão de mais conquistas das mulheres para os próximos anos?

Edna Raquel Hogemann: *Sim, é possível projetar avanços, mas com cautela. O Brasil, nos últimos anos, tem ampliado políticas públicas e marcos legais importantes, como a igualdade salarial e o fortalecimento institucional da agenda de gênero. Ainda assim, a desigualdade permanece estrutural, exigindo continuidade. A tendência é de mais conquistas, sobretudo em participação política, autonomia econômica e combate à violência — desde que haja implementação efetiva dessa agenda de gênero e mudança cultural.*

Revista do MPM: Para finalizar, por favor, um pensamento que nos faça refletir mais sobre este assunto.

Edna Raquel Hogemann: *A pesquisadora Cheri Kramarae afirma que: “O feminismo é a ideia radical de que as mulheres são pessoas.”*

Essa frase nos convida a algo simples e, ao mesmo tempo, profundamente transformador: perceber que a luta por direitos das mulheres não é uma pauta setorial, mas um teste de humanidade. Enquanto essa afirmação ainda precisar ser repetida, há trabalho a ser feito — jurídico, social e, sobretudo, cultural.

Revista do MPM: Dra. Hogemann, o Conselho Editorial do Ministério Público Militar agradece imensamente a sua valiosa participação e deseja que suas pesquisas continuem a enriquecer as páginas da Revista do MPM e os acervos científicos de todo o Brasil.

Edna Raquel Hogemann: *Agradeço muito à Revista MPM por me possibilitar a publicação de um trabalho de pesquisa que me é muito precioso, relativo aos direitos de gênero. Estou à disposição para submeter-lhes novos artigos sobre essa pauta tão importante e necessária.*